Articulações discursivas em torno do significante juventude: sentidos de conhecimento geográfico em disputa na BNCC

DOI: 10.54446/bcg.v12i2.2869

Raquel Almeida Mendes[1], *Rafael Straforini*[2]

Resumo

O presente trabalho busca tecer reflexões em torno do significante juventude na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), discutindo os múltiplos sentidos atrelados aos jovens na etapa do ensino médio, em específico aquele que busca fixar um lugar hegemônico a partir das possibilidades das abordagens geográficas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. O caminho metodológico adotado consiste em uma pesquisa de viés qualitativo, com uso de técnicas de pesquisa de análise documental e revisão da literatura. Sob a perspectiva da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), ao qual tomamos como orientador teórico neste trabalho, os currículos são constituídos por meio da luta por significação de discursos, sendo estes concebidos dentro de um espectro complexo de produção de sentidos. Assim, os sentidos discursivos que interpelam o significante juventude, tal como trabalho, cidadania, protagonismo, tecnologia e contemporaneidade, fazem parte de uma escrita de cunho educacional que, de maneira articulatória, compõem uma textualidade política provisória e contingencial.

PALAVRAS-CHAVE: ensino de geografia, juventude, sentidos discursivos, BNCC, ensino médio.

1 Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins — Campus Araguaína, Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Goiás e doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Campinas. E-mail: almeidamendesraquel@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-5216-2288.

2 Geógrafo, doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor livre-docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: strafo@unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6122-3297.

Introdução

A construção de uma base norteadora dos currículos de ensino municipais e estaduais é prevista desde 1988, por meio da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. O artigo 210 destaca a construção de uma base curricular a fim de fixar conteúdos essenciais mínimos para a Educação Básica, de modo que também se destaque o respeito aos valores culturais e artísticos em nível regional e nacional.

Cerca de duas décadas após a promulgação da Lei maior, no ano de 2015, a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi disponibilizada à comunidade para consulta, sob um impetuoso cenário de debates no campo educacional. Nesse contexto, grupos progressistas posicionaram-se de forma antagônica ao cenário neoliberal / mercadológico que interpelava o processo de construção da base, somado às críticas dos movimentos sociais e demais entidades acadêmicas e não-acadêmicas (GIROTTO, 2019). Tal contexto conflituoso, de acordo com Arroyo (2011), configura o cerne dos diálogos sobre currículo, entendendo-o como território em disputa, tensionado por diversos agentes que compõem as práticas políticas na educação.

A Geografia da BNCC, dentro desse cenário conflituoso discutido até então, também é alvo de disputas das mais diversas ordens[3], a exemplo das críticas sobre o caráter prescritivo dos conteúdos que se apresentam em formato linear[4] de competências e habilidades, das imposições ante a autonomia do/a professor/a de Geografia, e dos questionamentos sobre a abordagem do lugar e do contexto dos estudantes.

Centramos nossa análise no contexto do Ensino Médio, etapa esta que protagoniza uma nova racionalidade marcada pelo término da obrigatoriedade dos componentes curriculares, com exceção de Língua Portuguesa, Matemática e Inglês. Para Girotto (2019), a retirada da Geografia como componente curricular obrigatório representa uma perda de território disciplinar no currículo, assim como as demais disciplinas da área de ciências humanas, fruto de uma realidade reformista justaposta à lógica de gestão do empresariado na educação.

Nos interessa aqui o debate acerca da categoria juventude presente na BNCC do ensino médio, discussão esta que revela disputas em torno das articulações e sentidos discursivos presentes no documento. Sendo assim, alguns questionamentos foram norteadores para a realização do presente trabalho: quais sentidos de jovem e

3 No primeiro semestre de 2017, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) elaborou e publicou, em formato de carta aberta, uma análise crítica em torno da Reforma Nacional do Ensino Médio (*Carta Aberta: A imprescindível crítica à reforma do Ensino Médio e o papel da Geografia*).

4 A linearidade tem a ver com as críticas direcionadas a um modelo aprioristicamente modulado, verticalizado, receitado, sem grandes interações com demandas particulares das unidades escolares em escala cotidiana, cultural, relacional, dos estudantes e dos docentes com as propostas do pedagógico e da formação cidadã (LOPES, 2019).

juventude são atribuídos na BNCC? Quais conhecimentos geográficos escolares são mobilizados e tensionados diante dos sentidos de juventude hegemonizados[5] no documento?

Sob a perspectiva da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), ao qual tomamos como orientador teórico neste trabalho, os currículos são constituídos por meio da luta por significação de discursos, sendo estes concebidos dentro de um espectro complexo de produção de sentidos no campo das políticas curriculares. Significantes tais como qualidade da educação, cidadania, juventude, dentre outros articulados à BNCC, são provenientes de uma pluralidade de mecanismos e formas discursivas que se fixaram hegemonicamente no currículo, resultado de cadeias articulatórias de equivalências e de diferenças em torno de demandas específicas em um cenário de golpe político-institucional impetrado à Presidenta Dilma Rousseff.

Sendo assim, tomando como caminho metodológico as abordagens qualitativas de pesquisa, à luz de apontamentos pós-fundacionais e somado ao processo de revisão da literatura e análise documental, o presente trabalho busca tecer reflexões em torno do significante juventude na BNCC, discutindo alguns dos sentidos atrelados aos jovens na etapa do ensino médio, em específico as lutas pelo lugar hegemônico a partir da potencialidade das abordagens geográficas na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A categoria juventude: conceitos e perspectivas geográficas

Os sujeitos jovens representam, no campo dos estudos sociais, históricos e pedagógicos, um grupo marcado por variadas imagens enclausuradas que dificultam a forma como podemos compreender as demandas juvenis, desde o ideário futurista, onde as ações estão exclusivamente voltadas para o alcance da vida adulta, uma perspectiva de romantização que atribui a juventude como tempo de libertinagem aliada à moratória social[6] e irresponsabilidade para com o outro e consigo mesmo, também sendo possível mencionar uma noção de juventude como momento de conflitos internos relacionados às escolhas, sonhos, decepções e cobranças, em maior ou menor grau, que esbarram nas inúmeras realidades dos/as jovens.

---

5 A noção de 'hegemônico', 'hegemonizar', 'hegemonicamente', dentre outras variações que adotamos no presente trabalho, estão em diálogo com a obra de Laclau e Mouffe (2015, p. 13), para ambos a relação hegemônica ocorre quando "[...] uma certa particularidade assume a representação de uma universalidade inteiramente incomensurável com a particularidade em questão".

6 Associada às primeiras teorias críticas da juventude, a noção de moratória social concebe a juventude como uma etapa ao qual persiste o direito à experimentação, uma abordagem mais tolerante em relação a outras grupos etários, "... um período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar — e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil" (GROPPO, 2015, p. 18). Todavia, tal noção foi criticada por diversos autores no campo dos estudos juvenis. Dentre eles, Krauskopf (2004) destaca a perspectiva de moratória social como um modo de negar aos jovens o *status* de sujeitos sociais, atribuindo imaturidade e invisibilidade na participação juvenil em sociedade sob as prerrogativas de cuidado e ócio criativo.

Mediante esse cenário, ainda que incompleto, das inúmeras perspectivas vinculadas ao ser jovem, é possível notarmos a complexidade e o desafio dos estudos voltados para a categoria juventude que, de acordo com Dayrell (2003), não pode ser vista como uma categoria de fácil definição, pois são inúmeros os critérios que precisam ser considerados de modo que não caiamos na cilada de enquadrar a condição juvenil no campo da negação. Cassab (2012) reforça não haver um consenso nas bibliografias e também destaca as três principais percepções sobre juventude, até então alinhadas pelo i) recorte etário entre 15 a 24 anos (segundo a Organização Mundial da Saúde — OMS), como ii) um momento de transição da infância à vida adulta ou como iii) um projeto futuro.

Todavia, cabe destacar que se centrar nos aspectos da transitoriedade e/ou do jovem como um 'vir a ser' aponta uma visão empobrecida e simplista da categoria, sendo assim, é importante romper com estas prerrogativas e atestar a condição juvenil no campo do vivido e do presente, valorizando suas expressões culturais e modos de se relacionar nas mais distintas espacialidades, inclusive a escolar (DAYRELL, 2007).

O jovem, portanto, não deve ser visto pelo viés da irresponsabilidade e imaturidade, nem mesmo como indivíduo incompleto, cabendo apenas o papel de receptor dos saberes advindos das instituições sociais; pelo contrário, deve ser visto como agente de produção de conhecimentos, com bagagem cultural significativa e possibilidade de somar com leituras no campo da sua cotidianidade. Dessa maneira, Dayrell (2003) enfatiza que os "modelos" de juventudes construídas socialmente devem ser desconsiderados, pois tendem a destacar percepções negativas, a caracterizar as faltas e falhas dos jovens ante as expectativas da geração adulta.

Ainda que os modelos e/ou padrões sejam problemáticos, devido ao caráter pluralista das experiências juvenis e o não consenso em relação ao que é (ou não) ser jovem, Turra Neto (2015) nos alerta sobre a importância de definir uma ideia mais generalista da juventude, pensando nesse processo enquanto ato político. Para o autor, não se trata de excluir, ou mesmo contrapor a diversidade em prol de noções universalistas, pois a definição da categoria se colocará enquanto estratégia, parâmetro para avaliação crítica da realidade social e modo de engajamento na "[...] luta pela construção da condição social da juventude como um direito" (TURRA NETO, 2015, p. 120), haja vista que a condição juvenil é permeada por desigualdades e negação de direitos, a exemplo da situação dos/as jovens negros/as na sociedade brasileira.

Pensando mais diretamente na escola, enquanto espaço de sociabilidade juvenil, é necessário atestar o caráter político da juventude, entendendo que não são meramente alunos/as, são também jovens, e esse aspecto tem muito a dizer sobre o encaminhamento pedagógico a ser estabelecido, sobretudo na garantia de um

processo educativo que produza subjetividades rebeldes (GABRIEL; MORAES, 2014), ou seja, sujeitos inconformados, posicionados e cientes do seu lugar enunciativo[7].

Os estudos sobre juventude no Brasil, de acordo com Sposito (2009), têm se alavancado desde a década de 1990, com destaque nas áreas de Educação, Ciências Sociais e Serviço Social. Em sua pesquisa sobre o estado da arte das pesquisas de pós-graduação, a autora aponta alguns dos temas mais recorrentes nas teses e dissertações sobre Juventudes. Entre eles está a relação entre juventude e escola, tendo como principais subtemas: i) indisciplina e violência da/na escola e juventude; ii) significados atribuídos à escola e seus processos; iii) programas e propostas educativas sob a ótica dos alunos; iv) as relações sociais no cotidiano escolar; v) sucesso e fracasso escolares e; vi) identidades/subjetividades juvenis e escola e culturas juvenis na escola, o conjunto de temáticas, em nosso ver, ainda que classificada aprioristicamente em 6 grupos, não é capaz de sanar as inúmeras facetas que demandam os estudos juvenis e a relação destes para com o espaço escolar, haja vista os debates que cada tema e subtema são levados a tensionar e o avançar desta categoria ainda pouco explorada.

Interessa-nos, dentro dessas possibilidades, as perspectivas que envolvem as identidades/subjetividades juvenis interligadas à escola, em função da proximidade com a proposta da presente pesquisa e a problemática dos discursos unívocos sobre o ser jovem presente nas políticas curriculares do Novo Ensino Médio (LOPES, 2019). Assim, em diálogo com pesquisas que tratam de discutir a heterogeneidade de jovens estudantes no espaço escolar, bem como a relação entre as práticas pedagógicas e a constituição de identidades, questionamos como as múltiplas práticas espaciais juvenis são abordadas na escola e em que medida podem afetar o processo de aprendizagem (SPOSITO, 2009).

As vivências, demandas socioculturais, pertencimentos étnicos, raciais e de gênero, ao interferirem no processo educativo dos jovens, devem romper com a ideia de uma educação de massas, onde os/as estudantes são esvaziados de seus contextos socioculturais, afinal, é necessário que a escola entenda quais os interesses e perfis dos/das jovens e utilizá-los como forma de atribuir sentido e significado às suas trajetórias escolares (STOSKI; GELBCKE, 2016).

Os estudos sobre juventude no campo do ensino de Geografia têm buscado retratar, principalmente, qual a relação destes com a disciplina, reforçando ainda mais a ideia já discutida sobre aproximar-se dos/das jovens no processo educativo e auxiliá-los no processo de entendimento de suas práticas espaciais.

Cavalcanti (2013) defende que é preciso que o/a professor/a de Geografia conheça seus estudantes, pois, em se tratando de jovens escolares do ensino médio, cabe aos docentes:

---

7 O lugar enunciativo, segundo Zoppi-Fontana (2017), está atrelado à performatividade confrontadora de uma enunciação, enunciação esta que explicita a demanda de reconhecimento ético e moral do lugar do sujeito discursivo na sociedade e permite um movimento de subjetivação, necessário para a luta contra a posição discursiva subalterna que lhes fora atribuída historicamente.

> [...] observarem os jovens, sua fala, suas práticas e, também, informarem-se sobre como os especialistas estão compreendendo esse segmento social no contexto contemporâneo global e local. Essa discussão remete à análise da juventude e de sua cultura, como referências significativas dos alunos da educação básica (CAVALCANTI, 2013, p. 76).

A Geografia escolar, enquanto campo capaz de possibilitar leituras do lugar e das identidades culturais inseridas nele, vislumbra no ambiente da escola o reconhecimento dos/das jovens estudantes ante a contemporaneidade (TURRA NETO, 2013) e a construção de suas identidades que, neste projeto em questão, tem como foco as identidades negras na etapa do ensino médio.

Nesse sentido, a Geografia deve subsidiar o desenvolvimento do raciocínio geográfico como um modo particular de pensar os fenômenos espaciais; de traçarmos caminhos para o cumprimento dos objetivos de se ensinar Geografia, tendo em mente que o conjunto de conteúdos e temas estruturados, historicamente, devem atuar no sentido de desenvolver no/na jovem estudante um processo de cognição que subsidia a consciência das espacialidades que o atravessam, "por meio dos quais os jovens e as jovens possam descobrir criticamente o encanto do lugar e a perceberem-se como frutos deste lugar" (TURRA NETO, 2013, p. 51).

Straforini (2018) também sai em defesa de um modo específico de leitura do mundo a partir dos fundamentos da Geografia, dialogando com os preceitos do raciocínio geográfico e avançando o debate rumo à discussão sobre práticas espaciais de significação discursiva. Para este, a Geografia escolar comprometida com a espacialidade dos fenômenos[8] (relacionada aos conceitos estruturantes de espaço, escala e tempo), subsidia o entendimento das diferentes maneiras em que o espaço é concebido e das práticas espaciais resultantes disso, das relações e ações sociais demarcadas no espaço, ou seja, uma prática social.

O autor prossegue seus apontamentos destacando que as práticas espaciais, dotadas pelo viés das relações sociais, são compostas por discursos e sentidos que atestam, ou não, sua existência. Desse modo, a dimensão discursiva que engloba a construção do raciocínio geográfico na escola também é uma prática espacial, na medida em que esta interfere na cosmovisão dos estudantes, enquanto espaço de hegemonização de discursos produzidos no seu fazer político.

A construção de práticas espaciais de significação discursiva que viabilizam a reflexão e o respeito à condição juvenil e que consideram as suas vivências e trajetórias, atuam como base de entendimento das relações dos jovens para com o espaço geográfico e da consolidação de um ensino para a autonomia. Consideramos que tais aspectos têm muito a dialogar com as prerrogativas de Souza (2015) sobre práticas espaciais insurgentes e a possibilidade de ocupar e transformar o espaço de modo distinto à lógica neoliberal contemporânea.

8 Roque Ascenção e Valadão (2014).

Em diálogo com Roque Ascenção e Valadão (2014, p. 3), o conhecimento geográfico deve atuar, mediante a aprendizagem dos/as jovens estudantes, não como um fim, ou mesmo um amontoado de conceitos acumulados de maneira desconexa, mas enquanto "[...] um meio para que se favoreçam aos alunos instrumentos teóricos-conceituais-metodológicos através dos quais esses poderão interpretar espacialidades vividas, percebidas e concebidas", ou seja, o desenvolvimento de estratégias conscientes em torno das relações para com o espaço do bairro, da escola, dentre outros componentes espaciais caros à realidade alcançada.

Portanto, corroboramos, não como conclusão desse debate, mas numa tentativa de contribuir aos estudos sobre juventudes, entendendo-os como um fenômeno sociocultural e geográfico que diz respeito a um grupo socialmente representado, regido por uma perspectiva etária apropriada pela cultura e, ao mesmo tempo, fruto de relações destes com os espaços em que vivem e cotidianamente exercem influência por meio da mobilidade, do lazer, da atuação política, das redes de sociabilidade, da denúncia, enfim, de todos os fenômenos que permeiam uma condição espacial juvenil[9].

Sentidos discursivos de juventude na BNCC do Ensino Médio e a chave dos conhecimentos geográficos escolares

Um dos principais interesses em torno do presente trabalho diz respeito à relevância do debate da categoria juventude assumida na BNCC, sobretudo à que se refere ao Ensino Médio, documento que assume grande destaque no cenário educacional brasileiro a partir de 2018 e passa a reger os currículos da educação básica dos estados e municípios.

A aprendizagem dos/as jovens, público-alvo do ciclo final da educação básica, é prevista no documento por meio da amálgama de inúmeros sentidos discursivos, dentre eles destacam-se a formação da juventude para o trabalho no contexto de avanço das técnicas informacionais e as rápidas e profícuas transformações da sociedade em decorrência disso.

O aporte da Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) é adotado nesta análise de modo a pensarmos as políticas curriculares como discursos que buscam fixar sentidos, ou seja, enquanto "[...] uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes" (BURITY, 2014, p. 66), resultado de uma conexão provisória entre elementos que se articulam e se fixam de maneira parcial e contingencial. Sendo assim, concordamos que a produção da política não é preconcebida, pois trata-se de uma noção

9 Entendemos a condição espacial juvenil como a condição de vida dos jovens por meio da ótica do espaço. Na obra "A condição espacial" de Ana Fani Alessandri Carlos (2011), a autora traça perspectivas valiosas em torno do que estamos debatendo. Para esta, o espaço apreendido pela Geografia é, de maneira dialética, condição, meio e produto da ação humana.

constituída socialmente e historicamente, dentro de diferentes contextos e a partir de diferentes demandas que buscam estabelecer uma hegemonização[10].

A BNCC, tal como os demais projetos e aspirações políticas do campo educacional, fomentam uma ideia de representação da totalidade (SOUTHWELL, 2014), neste caso, um ideário de formulação de aprendizagens essenciais para a leitura da realidade e enfrentamento dos desafios contemporâneos por parte dos jovens no ensino médio, operação discursiva que, longe de ser universalizante e essencialista, em face da impossibilidade de representação das inúmeras demandas existentes em torno das juventudes, ressalta uma proposta político-educacional fruto da articulação de setores sociais específicos.

Comprometida com os debates pós-estruturais supracitados, Lopes (2015) estabelece críticas à proposta de um conjunto de conteúdos básicos nos currículos escolares. Para a autora, as políticas de currículo são produzidas por meio de lógicas de descentramento e contextualização, ou seja, por meio da instabilidade dos centros de poder e significação e por meio dos contextos onde decorrem as construções discursivas.

A dinâmica das políticas de currículo, nesse sentido, podem ser resultado de demandas provenientes do empresariado, movimentos sociais, entidades científicas, agentes governamentais e não-governamentais, bem como outros grupos que, ao produzirem práticas sociais, também operam na produção de significações, desse modo, as "[...] articulações discursivas possibilitam decisões políticas provisórias, tornando complexo o jogo (de linguagem) que hegemoniza uma dada orientação curricular" (LOPES, 2015, p. 454).

Assim, a depender do hegemônico fixado provisoriamente, determinados sentidos são considerados, em detrimento de demandas outras posicionadas num lugar ocupado como sendo o antagônico[11] do hegemônico. Nossa proposição, muito mais do que apenas binarizar ou categorizar erros e acertos, viés essencialista ao qual as perspectivas pós-fundacionistas se opõem, é propor questionamentos e reflexões a partir da própria mobilização de conhecimentos geográficos e suas possibilidades discursivas.

10 Hegemonia é um processo político resultante da luta por fixações parciais de sentidos discursivos posicionados dentro de uma cadeia de equivalências (LACLAU; MOUFFE, 2015).

11 Nas perspectivas de Laclau e Mouffe (2006) a construção do hegemônico está diretamente ligado a formulação do contra-hegemônico, ou seja, todo discurso temporariamente fixado é resultado de um "outro" que se opõe e antagoniza os sentidos hegemonizados, sendo, na mesma medida, condição de existência e inexistência. Os discursos antagônicos dizem respeito a novos significados em disputa, significados estes que, encadeados equivalentemente, por meio de práticas articulatórias, buscam ocupar o lugar fixado, entendendo que as fixações também são fruto de um processo de destituição discursiva anterior.

Figura 1. Campo discursivo em torno do significante Juventude na BNCC do ensino médio



Elaboração: dos autores, com base em Brasil (2018)

Nesse contexto, buscamos discutir os sentidos discursivos inscritos na etapa do Ensino Médio da BNCC, por entender as escritas de cunho educacional como composições de uma textualidade política (MATHEUS; LOPES, 2014) e também por reconhecer que os discursos em torno do significante juventude não estão dados, na verdade, são resultantes de demandas e sentidos discursivos aglutinados que conceberam um significado genérico, esvaziado, sobre a formação do/da jovem.

É possível reconhecer, desde os primeiros parágrafos da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a premência do debate em torno das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Notamos, então, um dos primeiros sentidos que interpelam o significante juventude, a preparação dos jovens para a lida com profundas e rápidas transformações da sociedade em decorrência do desenvolvimento tecnológico.

No âmbito das habilidades e competências[12], é destacado que os estudantes devem estabelecer debates em torno dos impactos das transformações tecnológicas nas relações trabalhistas "[...] promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos" (BRASIL, 2018, p. 576). A ideia de atenuação das desigualdades a partir do contexto contemporâneo de trabalho, tem como seu corte antagônico[13] o elevado índice de

12 De acordo com a BNCC (BRASIL, 2018), competência está relacionada com a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), enquanto as habilidades trata-se de valores, atitudes voltadas para a resolução de demandas complexas do mundo concreto (práticas cognitivas e socioemocionais), no sentido de estabelecer o pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

13 Mediante a Teoria do Discurso, a constituição das identidades dependem da existência de um corte antagônico e das cadeias de equivalências, havendo sempre a preponderância

desemprego no país, sobretudo nas faixas etárias que compõem o grupo da juventude, assim como o expressivo aumento da flexibilização e precarização das leis trabalhistas.

O termo *uberização*, recém-fomentado no âmbito do capitalismo informacional, corresponde a tecnosfera-psicosfera (SANTOS, 1996) do labor contemporâneo, fortemente arraigado no avanço e sofisticação de um conjunto de elementos técnicos e científicos (tecnosfera) que, por não serem neutros, correspondem a ideários performativos da globalização e do neoliberalismo em seu uso corporativo do território (psicosfera).

As empresas, tal como a *Uber*, *99 App*, *Ifood*, valem-se de discursos de empreendedorismo, colaboração e parceria entre as plataformas virtuais e os motoristas, remontando percepções de exploração da mão de obra trabalhista por meio de carga horária exorbitante para obtenção de remuneração digna, sem direito a descanso semanal remunerado, férias ou décimo-terceiro salário. As tecnologias, nesse novo modo de regulação do trabalho, apenas atualizam, em outros moldes, o declínio das conquistas trabalhistas, a exemplo do aumento da jornada diária de trabalho, e das condições materiais cada vez mais precarizadas (sob a ideia de "faça seu horário", "seja seu próprio chefe", "seja empreendedor"). Portanto, mesmo diante do aparato tecnológico mais avançado, continuamos debatendo sobre a arbitrariedade do uso e incorporação das técnicas pelo capital financeiro (ABÍLIO, 2017).

Atrelado continuamente ao discurso das TICs na BNCC está o marcador temporal, inclusive já mencionado: contemporaneidade[14]. Tal significante é suturado por tecnologias imperativas do período atual (tecnologias digitais e da comunicação, nanotecnologia, biotecnologia e energética), de modo a considerar que as identidades e cotidiano dos/as jovens são atravessadas pelas subjetividades da experiência social contemporânea (MELUCCI, 1992).

Tensionando o debate apresentado acima, Straforini (2018); Cecim e Straforini (2022) destacam que o discurso em torno da realidade presentificada é comumente associado a Geografia (ciência do presente), ou seja, enquanto "[...] componente curricular escolar capaz de trazer para a sala de aula a realidade do mundo contemporâneo" (STRAFORINI, 2018, p. 77). Todavia, os autores acima confrontam essas perspectivas, afinal, outras áreas do conhecimento em suas especificidades não estão alheias aos sistemas técnico-científicos atuais. Desse modo, não podemos

do agonismo, ou seja, o conflito, na medida que se busca hegemonizar o discurso. Laclau e Mouffe (2015, p. 125) destaca: "a presença do outro impede-me de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas", ou seja, a formação de sentidos por meio do interior discursivo tem como fator limitador o corte antagônico.

14 Corroboramos a relevância do debate acerca da contemporaneidade em diálogo com Souza (2004). A autora destaca que as complexas e amplas demandas da experiência contemporânea não tem oferecido possibilidades de inserção da(s) juventude(s), bem como das suas práticas culturais, subjetividades e lutas políticas, cabendo a estes uma reterritorialização nos fluxos do informacional.

condicionar a Geografia, ou mesmo a quaisquer outros componentes, como um mero estudo das "atualidades", ainda que seja necessário ter o horizonte do vivido, do cotidiano dos estudantes. Deve ser considerado, portanto, um ensino que busque a compreensão da espacialidade do fenômeno, em que o conhecimento construído pelos alunos seja mediado por professores que tenham consciência epistemológica tanto da sua área de referência — A Geografia — quanto da Educação, ao qual os jovens do ensino médio poderão se apropriar e acionar práticas espaciais discursivamente significadas por demandas de inconformismo e insurgência para com as contradições sociais em nível de classe, raça, gênero e demais perspectivas.

A nosso ver, os sentidos em torno da realidade presentificada (CECIM; STRAFORINI, 2022), muito mais do que um mero adjetivo, devem expor as incertezas da juventude no âmbito das intensas e aceleradas mudanças, onde a sociabilidade juvenil também se torna movediça, ou seja, se dá em um contexto que mitiga as pluralidades juvenis do ser/estar no mundo, tanto na escola, quanto em espaços virtuais. O contato com o outro, nesse sentido, tende a encadear e potencializar redes de significados e vivências que fortalecem e reconstroem as identidades coletivas e demandas juvenis contemporâneas em disputa.

No contínuo do debate a partir da BNCC, nos parece preocupante e contraditório ao que se pretende o documento, a ausência de competências e habilidades voltadas para a reflexão dos conteúdos de globalização e suas multifacetas, tendo em mente as intensas mudanças contemporâneas em torno da nova divisão internacional do trabalho e das tecnologias informacionais, bem como os discursos hegemônicos que consubstanciam a ideia de globalização como "fábula" (SANTOS, 2003), enquanto uma "aldeia global" que integra e beneficia a todos, sem distinção.

Sendo assim, o aprofundamento e ampliação dessa temática no ensino médio é de extrema relevância, cabendo a nós questionarmos que sentido de educação temos construído e fixado nos currículos prescritos e nos currículos praticados, de modo que possamos preencher o significante educação com outros sentidos a partir de práticas espaciais que subvertem a psicosfera da era global-informacional. É necessário pensarmos em que medida temos tomado, como projeto de nação, o preparo de jovens estudantes do ensino médio para uma consciência crítica e para o entendimento da realidade social, política e econômica desse país. Sobretudo, para uma formação que rompa com a constituição de massa de trabalhadores submissos à perda de seus direitos trabalhistas.

No campo da discursividade do ensino médio é previsto que se prepare o/a jovem para o mercado de trabalho e, somado a esse discurso, também está o apelo de uma educação para a cidadania. Tais equivalências revelam uma face do cenário neoliberal hegemônico (GIROTTO, 2019) ao qual esse documento se assenta e pode ser percebido no trecho adiante:

> É preciso garantir aos jovens aprendizagens para atuar em uma sociedade em constante mudança, prepará-los para *profissões que*

> *ainda não existem*, para usar *tecnologias que ainda não foram inventadas* e para *resolver problemas que ainda não conhecemos*. Certamente, grande parte das *futuras profissões* envolverá, direta ou indiretamente, computação e tecnologias digitais (BRASIL, 2018, p. 475, grifos nossos)

O excerto acima, ao estabelecer articulações entre formação para o trabalho e tecnologia, destaca uma idealização em torno da preparação dos jovens para um futuro digital desconhecido. As escolas, sobretudo públicas, padecem de infraestrutura, tais como acesso a computadores e *internet* de qualidade (UNESCO, 2019). Haja vista o contexto pandêmico de ensino remoto recém-vivenciado, também nos deparamos com a realidade de estudantes que não dispõem de um aparato técnico básico em seus domicílios, a exemplo de pacote de dados móveis e *smartphones*. Desse modo, será exequível essa implementação para as múltiplas realidades juvenis? Os jovens, sobretudo os periféricos, poderão ser de fato contemplados nesse contexto?

Para além disso, é necessário questionar o compromisso das abordagens geográficas da BNCC em estabelecer reflexões sobre a atuação do capitalismo informacional na precarização do mundo do trabalho, tornando-o desregulamentado, flexibilizado e líquido, com desamparo de legislações protetivas e hegemonização de discursos de empreendedorismo e terceirização como forma de normalizar a condição instaurada. São para esses modelos de trabalho, ou mesmo para outros que surgirão (guiados pela mesma lógica), que iremos encaminhar os conhecimentos geográficos aos projetos de vida dos/as jovens?

Ainda nesse contexto, Milton Santos (1997) atesta que ser cidadão é ser um indivíduo dotado de direitos, completo, capaz de compreender sua própria situação no mundo. O sentido unidirecional entre cidadania e trabalho pode ser debatido à luz de um modelo cívico, cultural e político que, segundo o autor, advém de uma herança do trabalho escravizado nas colônias, subordinado à economia. Assim, as cidadanias mutiladas, decorrentes do desemprego, da falta de moradia digna, dentre outros aspectos, também se reconfiguram no atual processo da globalização perversa, por meio da superexploração do trabalho fomentado por tecnologias digitais, operacionalizado por plataformas e aplicativos de *delivery*, transporte, hospedagem etc.

Posto isto, destacamos que educar para a cidadania transcende o preparo para o trabalho, tem a ver com ensinar os estudantes a exercerem ativa e democraticamente seu direito, a obterem, por meio de uma leitura geográfica do mundo, consciência política e crítica da realidade espacial (CAVALCANTI, 2008).

Por fim, ainda tomando como base a discussão sobre educar para a cidadania, destaca-se outro sentido de juventude presente na base: o protagonismo juvenil, relacionado a ideia dos/as estudantes tornarem-se protagonistas do seu próprio processo de escolarização, sobretudo pela via da flexibilização curricular e da escolha dos itinerários formativos, de modo que estes/as consigam desenvolver seus projetos de vida de forma autônoma.

A textualidade da BNCC, no âmbito da discussão de protagonismo juvenil, estabelece novamente equivalências entre questões da sociedade contemporânea, mundo do trabalho, tecnologia e cidadania, o que nos atesta as articulações discursivas em torno do significante juventude, ou seja, no intuito de preparar os jovens de modo que eles atendam as demandas da sociedade informacional, atravessada pelo avanço das tecnologias, e assim consigam ser inseridos segundo as exigências do mercado de trabalho, tendo em mente a concepção da base em torno da relação emprego e cidadania. Para Lopes (2019, p. 69), um currículo suturado pelos discursos de Projeto de Vida e Protagonismo Juvenil

> [...] pode apenas estar tentando antecipar decisões e submeter experiências imprevistas a um dado projeto de futuro que não faz obrigatoriamente sentido para as singularidades juvenis, mas está submetido aos anseios de grupos sociais que supõem saber dizer como o futuro dos jovens deve (e pode) ser.

Em concordância com o debate da autora, entendemos que o protagonismo juvenil deve ser fomentado para além dos espaços formativos da escola, por meio da disputa de propostas de educação que possibilitem a compreensão do mundo em suas contradições e também como meio de ampliação da formação cultural dos jovens estudantes, assim não há o risco de "[...] reafirmar uma ideia de protagonismo baseada numa concepção de sociedade que visa apenas à adaptabilidade do sujeito às conformações sociais e gerais que sustentam a lógica do capitalismo e seu poder segregador" (COSTA, 2020, p. 53).

Dessa maneira, tendo em mente os caminhos supracitados sobre a perspectiva dos/as jovens no ensino médio, enxergamos os saberes geográficos como subsídio de um lugar de disputa pelo hegemônico, articulador das diferenças (ponto nodal) existentes entre as múltiplas experiências juvenis, interconectadas na medida que pensamos as categorias de base da ciência geográfica, sobretudo lugar e territorialidade, somada às questões de cultura e identidade.

Turra Neto (2013, p. 51), sob a perspectiva de articulação entre condição juvenil e ensino de Geografia, destaca a necessidade de "[...] uma política contextualizada de construção do lugar, em conjunto com outros atores nele presentes, pois, afinal de contas, o que somos tem muita relação com onde estamos". Destarte, concordamos com a ideia de uma Geografia das/para as juventudes, proposta pelo autor, entendendo que esse fenômeno ocorre no momento em que estes/as se veem no panorama das relações sociais e espaciais, compreendendo sua existência no campo da movimentação cotidiana, na escala do lugar e também do mundo.

Considerações finais

A centralidade do debate acerca da juventude na BNCC do ensino médio extrapola o fato de serem o público-alvo desta etapa. Em nossas considerações, é possível também notarmos que o/a jovem representa uma força motriz no contexto populacional brasileiro, afinal, segundo o Censo Demográfico (BRASIL, 2011), a

população jovem brasileira diz respeito a cerca de 51 milhões de indivíduos, ou seja, um quarto do quantitativo populacional do país está na faixa entre 15 e 29 anos de idade. Sendo assim, há no contexto de documentos norteadores como a BNCC, ou mesmo nos currículos escolares, fortes influências na maneira de enxergar e dialogar com um grupo tão numeroso que se encontra tanto na escola, quanto no mundo do trabalho, ou conciliando estas ambiências.

Aproximando-se, ou em idade apta ao trabalho na denominada faixa etária economicamente ativa do país, os jovens encontram-se em extrema fragilidade mediante a ausência de políticas públicas de acesso à saúde, educação, cultura, lazer, emprego, assim como pela carência de ações que permitam a vida juvenil com excelência, enquanto processo válido na formação de identidades e sentidos de mundo, e não somente como um meio de busca pela sobrevivência no futuro enquanto adulto. Quem tem direito a ser jovem nesse país? A quem interessa uma condição socioespacial juvenil pautada na construção de cidadanias ativas?

As múltiplas realidades juvenis no Brasil escancaram um panorama de desigualdades. Os contextos e condições em nível material e social encaminha aos aspectos de raça, etnia, sexualidade, religião, pertencimento geográfico e outros marcadores que fazem da pluralidade um fator primordial na experiência da juventude no Brasil e no mundo. A repetição, ao qual optamos, em torno do caráter de multiplicidade/pluralidade tem a ver, sobretudo, com as indagações que nos mobilizaram na gênese da construção deste artigo, os questionamentos sobre como a condição juvenil brasileira, em toda a sua amplitude, estava sendo discutida na textualidade da BNCC.

Na arena das políticas curriculares de negociação de sentidos, em seu viés precário e provisório (LACLAU, 2006), as fixações parciais devem ser problematizadas, afinal, trata-se de configurações sociais articuladas de modo a considerar determinadas percepções de mundo, nesse caso, determinados sentidos de juventude na etapa do ensino médio.

As restrições e controle dos projetos de vida dos/as jovens estudantes remontam a uma velha lógica instrumental, descontextualizada, que pode limitar as singularidades juvenis. Os sentidos que a BNCC tenta fixar para o significante juventude estão articulados equivalentemente, em suma, com a formação para o mundo do trabalho, tecnologia, cidadania, protagonismo e contemporaneidade, compondo uma visão universal não suturada, onde a juventude e seus projetos de vidas singulares se centralizam na significação do "jovem trabalhador" e demais desdobramentos oriundos desta ramificação (LOPES, 2019).

Os saberes geográficos atrelados aos sentidos discursivos que interpelam a formação do/da jovem na BNCC encaminham disputas em torno da educação cidadã, entendendo que ela não decorre meramente da apreensão de conteúdos estritos a escola, mas, através de "[...] contribuições da Geografia, o sujeito pode se constituir como cidadão, por meio das disputas pela significação do que é ser sujeito com direito alhures ou algures (COSTA, 2021, p. 15).

A ideia unívoca de determinado conceito ou corrente teórica também pode encaminhar para uma noção essencialista do debate, assim, o que estamos demarcando aqui são as lutas por hegemonia que a geografia escolar produz em seus processos de significação dos conhecimentos espaciais, na medida que possibilitam o entendimento da espacialidade dos fenômenos e fomentam práticas espaciais insurgentes. As juventudes do ensino médio, diante do jogo de linguagem na produção do político, tangenciam novos sentidos de escola, currículo, sociedade, dentre outros.

Bibliografia

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. *IHU-Online*. 2022.

ARROYO, Miguel Gonzáles. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sinopse do Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*: educação é a base. Brasília, DF: MEC, 2018.

BURITY, Joanildo Albuquerque. Discurso, política e sujeito na teoria da hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (org.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso*: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. p. 59-74.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011. 157 p.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. *Lócus (UFJF)*, v. 17, p. 145-159, 2012.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *A geografia escolar e a cidade*: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas, SP: Papirus, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Jovens escolares e a cidade: Concepções e práticas espaciais urbanas cotidianas. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. especial, p. 74-86, 2013.

CECIM, Jéssica da Silva Rodrigues; STRAFORINI, Rafael. O conhecimento geográfico escolar e as articulações entre a realidade do aluno e o conteúdo de atualidades. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 42, n. 1, 2022.

COSTA, Crisolita Gonçalves dos Santos. BNCC, flexibilização curricular e protagonismo juvenil: movimentos atuais de "construção" do ensino médio brasileiro, a partir da lei 13.415/2017. *Margens*: Revista Interdisciplinar do PPGCITI, v. 14, n. 23, 2020.

COSTA, Hugo Heleno Camilo. Pensar em outra cidadania: um diálogo com os estudos curriculares e a Geografia. *Humanidades & Inovação*, v. 8, p. 12-22, 2021.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, v.2, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. Culturas Juvenis em espaços escolares. *Salto para o Futuro*, v. 24, p.46-61, 2007.

GABRIEL, Carmen Teresa; MORAES, Luciene Maciel Stumbo. Conhecimento escolar e conteúdos: possibilidades de articulação nas tramas da didatização. In: GABRIEL, Carmen Teresa; MORAES, Luciene Maciel Stumbo (Org.). *Currículo e Conhecimento: diferentes perspectivas teóricas e abordagens metodológicas*. 1ed. Petrópolis: De Petrus/FAPERJ, 2014.

GIROTTO, Eduardo Donizeti. Pode a política pública mentir? A Base Nacional Comum Curricular e a disputa da qualidade educacional. *Educação & Sociedade* (Impresso), v. 40, p. 1-21, 2019.

GROPPO, Luís Antônio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. *Em Tese*, v. 12, n. 1, p. 4-33, 2015.

KRAUSKOPF, Dina. Comprensión de la juventud. El ocaso del concepto de moratoria psicosocial. *Revista de Estudios sobre la Juventud*. México, ano 8, n. 21, 2004, p. 26-39.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: AMARAL, JR. A.; BURITY, J. (org). *Inclusão social, identidade e diferença perspectiva pós-estruturalista de análise social*. São Paulo: Anna Blume, 2006.

LACLAU, Ernesto; Mouffe, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Por um currículo sem fundamentos. *Linhas Críticas* (UnB), v. 21, p. 445-466, 2015.

LOPES, Alice Casimiro. Itinerários formativos na BNCC do Ensino Médio: identificações docentes e projetos de vida juvenis. *Retratos da Escola*, v. 13, p. 59-75, 2019.

MATHEUS, Danielle dos Santos; LOPES, Alice Casimiro. Sentidos de qualidade na política de currículo (2003-2012). *Educação & Realidade*, 39(2), p. 337-57. 2014.

MELUCCI, Alberto. O jogo do Eu: A mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: *Ed. da Unisinos*, 2004, 184 p.

ROQUE ASCENSÃO, Valéria de Oliveira. VALADÃO, Roberto Célio. Professor de Geografia: entre o estudo do conteúdo e a interpretação da espacialidade do fenômeno. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, v.18, n.496(3), p.1-14, 2014.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Org.). *O preconceito*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1997.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização:* do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174 p.

SOUTHWELL, Myriam. Em torno da construção de hegemonia educativa: contribuições do pensamento de Ernesto Laclau ao problema da transmissão cultural. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (org.). *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso:* em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2014.

SOUZA, Carmem Zeli de Vargas Gil. Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites. *Ultima Década* (Impresa), v. 20, p. 47-69, 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial.* 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

SPOSITO, Marília Pontes (Coord.). *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:* educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

STOSKI, Patricia; GELBCKE, Vanessa Raianna. Juventudes e escola: os distanciamentos e as aproximações entre os jovens e o ensino médio. In: SILVA, Monica Ribeiro; OLIVEIRA, Rosangela Gonçalves. *Juventudes e Ensino Médio*: sentidos e significados da experiência escolar. Curitiba: UFPR/Setor de Educação, 2016

STRAFORINI, Rafael. O ensino da Geografia como prática espacial de significação. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 175-195, 2018.

TURRA NETO, Nécio. Geografia cultural, Juventudes e Ensino de Geografia: articulações possíveis. *Revista Formação*, v. 01, p. 38-56, 2013.

TURRA NETO, Nécio. Definir a juventude como ato político: na confluência entre orientação de tempo, idade e espaço. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; CHAVEIRO, Eguimar Felício; PIRES, Lucineide Mendes (org.). *A cidade e seus jovens*. Goiânia: PUC/Goiás, 2015.

UNESCO — ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Qualidade da infraestrutura das escolas públicas do Ensino Fundamental no Brasil*. Brasília: UNESCO, 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mónica Graciela. "Lugar de fala": Enunciação, Subjetivação, Resistência. *Conexão Letras*, v. 12, n. 18, p. 68-71, 2017.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo suporte e financiamento (em curso) do projeto de pesquisa "Juventudes e Ensino Médio: o raciocínio geográfico escolar no ensino das questões étnico-raciais" (Processo 2021/12274-4), ao qual este artigo faz parte.

Discursive articulations surrounding the signifier youth: meanings of geographic knowledge in dispute in the BNCC

This article seeks to reflect on the meaning of youth in the BNCC, discussing the multiple meanings that are associated with young people at the high school, in particular the one that seeks to establish a hegemonic place from the possibilities of geographic approaches in the area of Applied Social and Human Sciences. The methodological path adopted consists of qualitative research, with the use of documental analysis and literature review research techniques. From the perspective of Laclau and Mouffe's Discourse Theory (2015), which we take as a theoretical guide in this work, educational curricula are constituted through the struggle for the signification of discourses, which are conceived within a complex spectrum of meanings production. Therefore, the discourses that interpellate the significant youth, such as labor, citizenship, protagonism, technology and contemporaneity are part of an educational writing that, in an articulatory manner, composes a provisional and contingent political textuality.

KEYWORDS: geography teching, youth, discursive meanings, BNCC, high school

Articulaciones discursivas em torno al joven significante: significados del conocimiento geográfico em disputa en el BNCC

Este trabajo busca entramar reflexiones en torno al significado de juventud en la BNCC, discutiendo los múltiples significados atribuidos a los jóvenes en la etapa de secundaria, específicamente el que busca el establecimiento de un lugar hegemónico desde las posibilidades de los enfoques geográficos en el área de Humanidades Aplicadas y Ciencias Sociales. La vía metodológica adoptada consiste en un enfoque de investigación cualitativa, con la utilización de técnicas de la investigación de análisis de documentos y revisión de la literatura. Desde la perspectiva de la Teoría del Discurso de Laclau y Mouffe (2015), que tomamos como guía teórica en este trabajo, los currículos se constituyen a través de la lucha por la significación de los discursos, que se conciben dentro de un complejo espectro de producción de sentido. Así, los significados discursivos que interpelan al significante juventud, como trabajo, ciudadanía, protagonismo, tecnología y contemporaneidad, forman parte de una escritura pedagógica que, de manera articulatoria, componen una textualidad política provisional y contingente.

PALABRAS CLAVE: enseñanza de la Geografía, jóvenes, significaciones discursivas, BNCC, escuela secundaria

Artigo recebido em dezembro de 2022. Aprovado em dezembro de 2022.